
PLANO DE GOVERNO

“A ITAJAÍ QUE VOCÊ QUER”

COLIGAÇÃO PSDB/DEM/REDE/PTB/PTC/PTN/PSL/PC do
B/PR/PRB/PSC/SD



Crédito: studio@.com

Itajaí, julho de 2016.

SUMÁRIO

Carta ao Povo de Itajaí	3
Introdução	5
A Nossa Itajaí	7
Apresentação - Diretrizes do Plano	22
Macro-objetivos do Plano	30

Carta ao Povo de Itajaí

A **COLIGAÇÃO “A ITAJAÍ QUE VOCÊ QUER”**, apresenta esta carta ao povo de Itajaí como forma de expressar os compromissos para construção de uma nova cidade, uma cidade para todos, de uma nova gestão pública no nosso município, fundamentada nos princípios basilares que norteiam a atividade pública.

Através de um vigoroso momento de discussões, de encontros com diversos segmentos da nossa Sociedade, de pluralidade das opiniões, estamos criando possibilidades para um novo pacto social, fortalecendo em especial as instituições públicas e a cidadania.

Com este plano e os projetos futuros do nosso governo, queremos construir uma cidade mais humana, democrática, sustentável, participativa e com uma gestão baseada nos princípios da governança pública.

Acreditamos que esta tempestade de ideias contribuirá de forma significativa para construirmos a cidade que você quer, a cidade que sonhamos.

Este documento é o primeiro ato do nosso compromisso com a cidade, já que uma longa caminhada deverá ser iniciada para dar um novo futuro as nossas instituições e à nossa cidade.

Com a implantação das práticas de governança, vamos produzir mais transparência e responsabilidade na gestão da coisa pública, implantando um verdadeiro *accountability* político e institucional no nosso município.

Precisamos construir uma alternativa política e de governo que atenda as exigências da Sociedade. Com este plano buscamos dar um fim a velha prática política existente no município, do patrimonialismo, do clientelismo, da relação promíscua entre o público e o privado.

Queremos caminhar para uma nova política, um novo modelo de gestão pública, um novo modelo de se relacionar com a população.

Acreditamos e defendemos isso e, assim, buscaremos a aprovação desse plano junto a população para que possamos em 2017 dar início ao projeto de uma nova Itajaí.

Neste grande espaço de ideias, construído de forma aberta e participativa, temos a clareza que a situação política, institucional e da prestação de serviços públicos apresenta inúmeros problemas que afetam a população, desta forma, necessitando de um governo que apresente soluções para esses problemas, fortaleça as instituições e torne a prestação de serviços públicos eficiente, eficaz e efetiva.

As diretrizes do nosso Plano de Governo são um guia para o desenvolvimento de políticas públicas eficientes e sustentáveis, são um norte para tratar de problemas relacionados as questões sociais, econômicas, ambientais, políticas, do espaço urbano, dentre outras.

Este instrumento pensa a cidade de forma planejada, com uma visão no futuro. É um plano com foco no cidadão, na sustentabilidade administrativa, no meio ambiente e tudo que os cercam e que possa propiciar a qualidade de vida.

As mudanças que precisam ser realizadas no nosso município, são oriundas de um trabalho de construção coletiva, com respeito à divergência, com respeito a capacidade de criar consensos.

Nós acreditamos! Você eleitor, tem que acreditar na nova política! Esquecer a velha! É o nosso compromisso com Itajaí.

Itajaí-SC, julho de 2016.

ANNA CAROLINA CRISTOFOLINI MARTINS
Candidata a prefeita

MAURÍLIO MORAES
Candidato a vice-prefeito

Introdução

Os Desafios da Gestão Pública Municipal

O nosso município tem novos desafios a enfrentar nos próximos anos. O modelo de gestão adotado pelo atual governo gerou grandes impactos negativos do ponto de vista orçamentário-financeiro, bem como comprometeu a própria gestão das nossas instituições. Um problema provocado em grande parte, pela ausência de gestão, interferências político-partidárias, aparelhamento das instituições com militantes, atos de corrupção e falta de planejamento e definição de prioridades.

Nesse sentido, é preciso refletir sobre esse modelo de gestão, se é que podemos chamar de gestão, o que foi adotado pelo atual governo e seu grupo político.

O desafio do novo governo, a partir de 2017, é estabelecer estratégias de desenvolvimento e condução sustentável dos negócios públicos, implantando ações de curto, médio e longo prazos, integradas e numa abordagem sistêmica e planejada.

Cabe ao novo governo, eliminar ações assistencialistas do atual governo e criar políticas públicas que promovam o desenvolvimento social e econômico do nosso município e, ainda, o fortalecimento da gestão pública municipal.

Temos a obrigação de pagar uma dívida social histórica com a nossa população no âmbito das políticas sociais e promover uma equidade social, uma maior distribuição dos espaços públicos e uma democratização das instituições, desta forma, uma verdadeira agenda pública comprometida em assegurar um futuro melhor para a nossa população e para aqueles que venham a adotar nossa cidade para trabalhar e morar.

Itajaí tem que desenvolver suas potencialidades, vocações e identidades, na perspectiva de criarmos um desenvolvimento sustentável, uma cidade mais humana, com respeito ao ser humano, com respeito ao meio ambiente e às instituições.

A gestão pública requer o desenvolvimento de competências básicas pelo gestor público, para que possa dar conta da complexidade da administração municipal, tendo como norte, o princípio da eficiência para assegurar a qualidade dos serviços prestados à população.

Para desenvolver esse princípio, é preciso investir na capacitação e no aperfeiçoamento de profissionais, criar condições de trabalho, criar critérios para seleção de cargos de direção, chefia e assessoramento, evitando que interesses político-partidários sejam os únicos critérios estabelecidos para esta escolha, como acontece no atual governo.

A utilização de ferramentas gerenciais como a gestão por resultados, o planejamento estratégico, apoiando a gestão em todas as pastas do governo, bem como a criação de espaços que estimulem a participação da comunidade, é um caminho importante e estratégico para o fortalecimento e eficiência da gestão pública no nosso município.

O novo governo tem ainda outros desafios, como desenvolver especialidades e competências para gerir os recursos públicos de forma eficiente, eficaz e efetiva, investindo maciçamente no planejamento das ações, no desenvolvendo de parcerias, no desenvolvimento de mecanismos de controle da Administração, buscando sempre a defesa da coisa pública.

O novo governo necessita da aplicação de práticas de governança, entretanto, essa estratégia somente será alcançada com a implantação de um planejamento da gestão que respeite as instituições públicas, que invista na formação de um grupo de gestores comprometidos, com conhecimento e preparados para lidar com os diversos desafios ao longo dos anos de governo que virão pela frente, e que não serão nada fáceis, diante do quadro em que o município e suas instituições estão sendo entregues pelo atual governo.

Diante desse compromisso assumido, entregamos a população de Itajaí, este Plano de Governo.

A nossa Itajaí

Erguida no encontro do Rio Itajaí-Açu com o mar, Itajaí fica situada no litoral norte de Santa Catarina, estado da região sul do Brasil. Colonizada por portugueses, no século XVIII e alemães no século XIX, a cidade tem desde os seus primórdios uma forte ligação com a navegação e hoje abriga um dos maiores complexos portuários do país. Estudos históricos revelam que a vocação para a pesca em Itajaí surgiu ainda no Brasil colônia, quando em 1820, D. João VI mandou trazer famílias de tradicionais pescadores portugueses da cidade de Ericeira para colonizar o litoral de Santa Catarina. Por isso, Itajaí é conhecida como a capital brasileira da pesca.

Abriga cerca de 50 empresas beneficiadoras que produzem mais de um milhão de latas de sardinha e atum por dia. São 250 armadores e uma frota 500 barcos que respondem por 20% da produção brasileira de pescados, estimada em 500 mil toneladas ao ano. A produção pesqueira de Itajaí está concentrada na captura do atum, da sardinha e do camarão. Cerca de 15 mil pessoas trabalham direta e indiretamente na indústria da pesca na cidade. (ITAJAÍ, 2016).

Itajaí tem belas praias cercadas por morros cobertos pela exuberante vegetação subtropical da Mata Atlântica. A cidade possui um píer turístico com alfândega e, portanto, permite a atracação de navios de cruzeiros marítimos internacionais. Nas águas abrigadas do Rio Itajaí, os turistas descem no centro da cidade.

Itajaí também é uma cidade universitária, com a presença da nossa Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), uma das maiores instituições privadas de ensino do Brasil.

O município tem duas tradicionais festas. Em outubro, acontece o seu maior evento popular, a Marejada, Festa Portuguesa e do Pescado. O prato típico é a sardinha assada. Tem shows, muita música, danças típicas e manifestações folclóricas, que atraem milhares de visitantes. E em julho, a cidade homenageia o homem do campo e ressalta sua importância para a Sociedade com a Festa Nacional do Colono, onde

se destacam as exposições e feiras agropecuária e agroindustrial, mostra de animais, apresentações artísticas e culturais. (ITAJAÍ, 2016).

Com uma expressiva atividade cultural, a cidade ainda sedia o Festival de Música, considerado o maior evento do gênero do estado e um dos maiores do país, consagrando Itajaí como um importante polo de discussão e produção musical. Além de trazer à cidade nomes consagrados da música brasileira, o evento se destaca pela oportunidade de troca de experiências e aprendizado entre os profissionais da área. (ITAJAÍ, 2016).

Resumo dos dados econômicos/sociais/orçamentários/outros dados relevantes/estratégicos

Tabela 1: Estimativa da População

Estimativa da População	2015
População estimada	205.271 hab.

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS/ITAJAÍ, 2016.

8

Tabela 2: Matrículas – Ensino Fundamental (2015)

Ensino Fundamental	26.538
Ensino Fundamental – Escola Pública Estadual	3.667
Ensino Fundamental – Escola Pública Municipal	17.815
Ensino Fundamental – Escola Privada	5.056

Fonte: Ministério da Educação/INEP/Censo Educacional 2015/ITAJAÍ, 2016.

Grafico 1: Matrículas – Ensino Fundamental (2015)

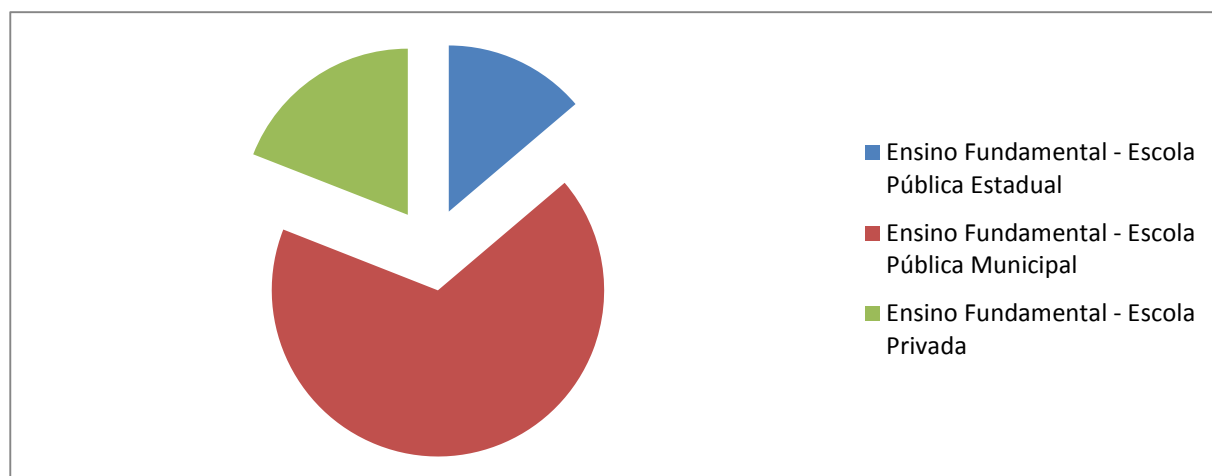


Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (1991/2000/2010)

Ano	IDHM
2010	0,795
2000	0,688
1991	0,588

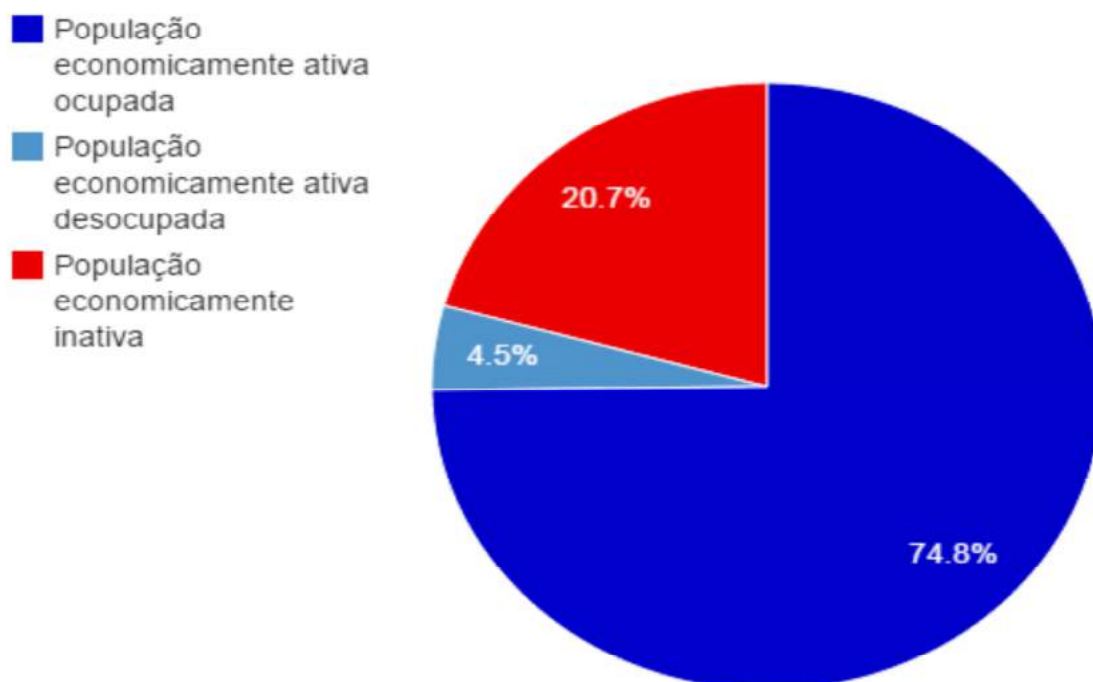
Fonte: Atlas Brasil, 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ITAJAÍ, 2016.

Tabela 4: Estatísticas Econômicas

Pessoal ocupado	98.882
Pessoal ocupado assalariado	85.243
Salário médio mensal	3,3 salários mínimos

Fonte: IBGE/Cadastro Central de Empresas, 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016/ITAJAÍ, 2016.

Gráfico 2: Composição da População de 18 anos ou mais de idade (2010).



Fonte: PNUD/ITAJAÍ. Plano Municipal de Educação (2015).

Quadro 1: Informações de Saúde/outras informações (2015)

1. Densidade demográfica: 653 hab/km²
2. Percentual da população com plano de saúde: 30,69 (12/2013);
3. Cobertura da Atenção Básica: em torno de 90% do território
4. Cobertura de Saúde Bucal: 50,53%
5. Cobertura de Saúde Bucal se considerada apenas a Estratégia Saúde da Família: 14,62%
6. Unidades Básicas de Saúde: 25
7. Unidades de Pronto Atendimento 24 h: 02
8. Centros de Atenção Psicossocial: 03
9. Centros de Referência: 05
10. Policlínica Central: 01

Fonte: Itajaí. Secretaria Municipal de Saúde. Relatório Quadrimestral da Saúde. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Nota Técnica, fev. de 2015.

Tabela 5: Total de prestadores de serviços privados de saúde contratualizados por área e volume de recursos aplicados anualmente – Ano 2015

Tipo de prestador	Quantitativo	Recursos aplicados anualmente em (R\$)
Laboratórios de Análises Clínicas	07	4.050.000,00
Clínicas de Fisioterapia	02	500.295,00
Hospital Geral	01	70.613.690,01
Hospital Infantil	01	13.085.844,44
Atendimento de Saúde à Portadores de Necessidades Especiais	04	2.636.944,30
Ressonância Magnética e Tomografia	02	1.493.288,40
Outros	12	5.661.379,10

Fonte: ITAJAÍ. Secretaria Municipal de Saúde/Gerência de Contratos e Credenciamentos (2015).

Tabela 6: Mortalidade Infantil no Município de Itajaí – Período (2010-2014)

Mortalidade Infantil	Ano	%
ITAJAÍ	2010*	10,99
	2011*	15,29
	2012*	12,88
	2013**	17,17
	2014*	9,34

Fonte: saude.sc.gov.br (2016).

* É um indicador estratégico para avaliar a eficiência de um sistema de saúde.

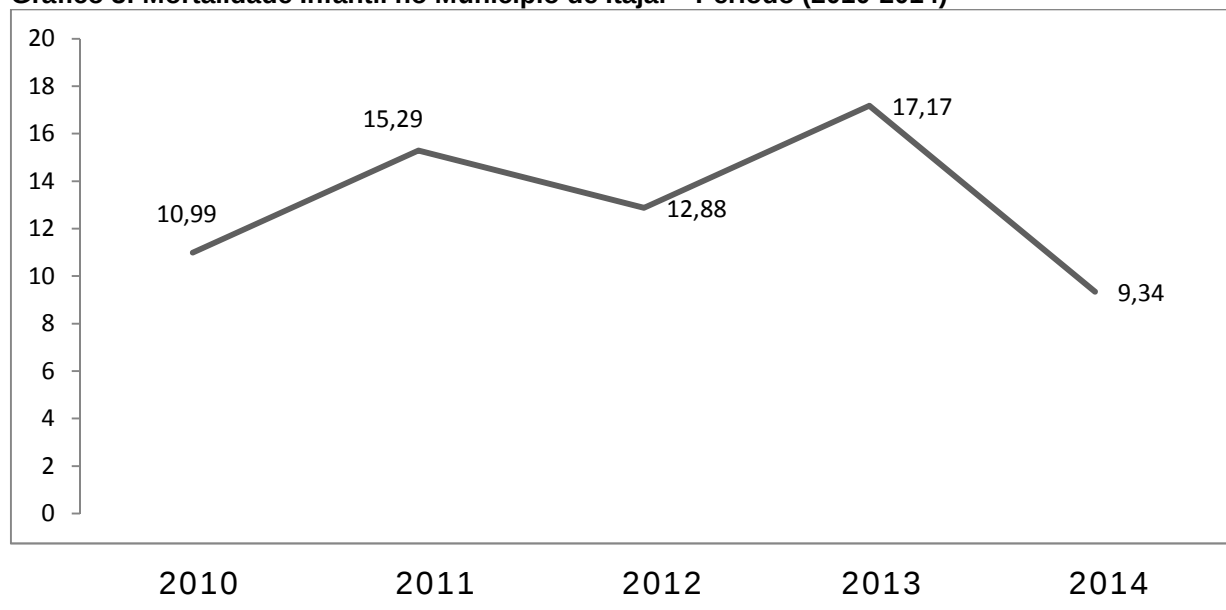
* Índice considerado aceitável pela OMS são 10 mortes para cada 1.000 nascidos.

* Porém, o ideal é ficar abaixo desse percentual (10).

** Em 2013 tivemos a pior taxa de mortalidade infantil dos municípios integrantes da AMFRI e uma das piores do Estado de Santa Catarina. Um percentual que está relacionado a municípios pobres e não com as características de Itajaí. Isso mostra

claramente os problemas do nosso sistema de saúde, que apresentou um retrocesso no atual governo.

Gráfico 3: Mortalidade Infantil no Município de Itajaí – Período (2010-2014)



Apesar da boa estrutura de saúde do município, a população tem enfrentado vários problemas para ter acesso às ações e serviços de saúde, principalmente nos níveis de maior complexidade.

Nos últimos anos temos assistido um retrocesso nas ações e serviços de saúde, que tem influenciado de forma significativa nos indicadores de saúde.

Há uma ineficiência na gestão, do ponto de vista administrativo e financeiro, que tem provocado sérios danos ao sistema de saúde local, colocando em risco a garantia de um princípio constitucional, o direito às ações e serviços de saúde nos seus vários níveis de complexidade.

O atual governo não tem as políticas sociais como prioridade, dando destaque a obras em detrimento das garantias constitucionais de acesso a serviços de qualidade, eficientes, efetivos, em áreas estratégicas como saúde, educação, assistência social, moradia etc.

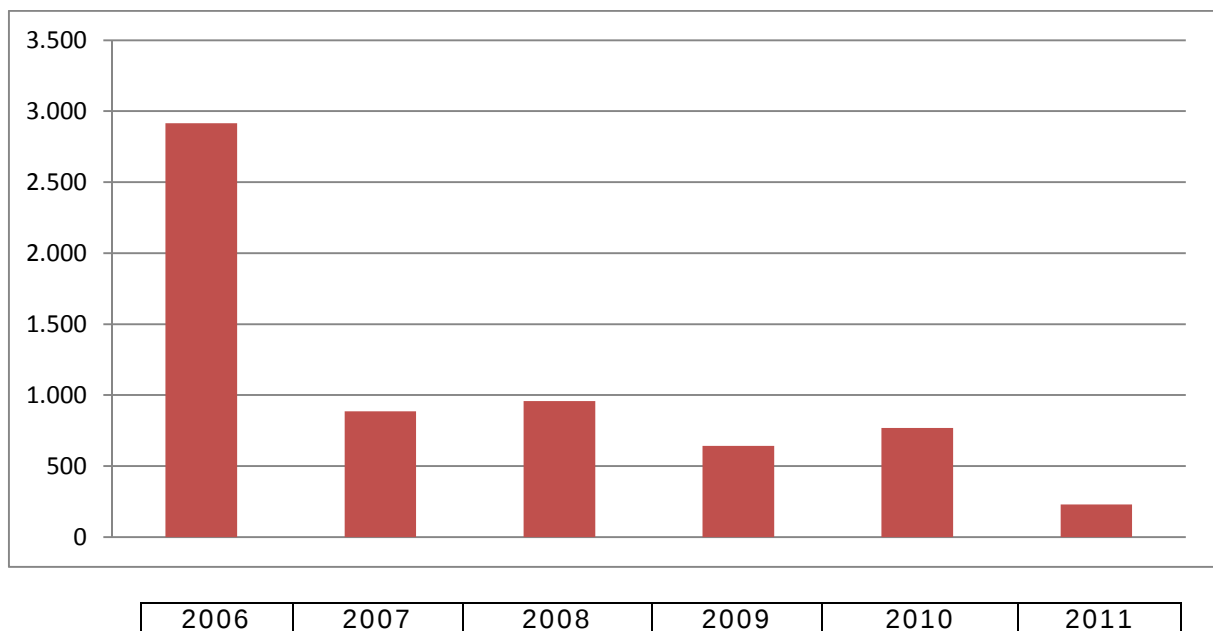
A população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social está concentrada, principalmente, na área urbana do município. A questão habitacional no município atualmente é séria, e interfere nos indicadores de várias áreas, como a da saúde, por exemplo, diante das péssimas condições de moradia de uma parcela da população, que vive em locais sem as mínimas condições de saneamento básico etc.

Tabela 6: Cadastro para programas de moradias populares realizado na Secretaria Municipal de Habitação (2006 a 2011)

Ano	Inscrições
2006	2.916
2007	887
2008	958
2009	642
2010	768
2011	230
Total	6.401

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação/PLHIS Itajaí.

Gráfico 3: Cadastro para programas de moradias populares realizado na Secretaria Municipal de Habitação (2006 a 2011)



12

Problemas na cidade de Itajaí com relação a sua urbanização:

- 1) Desigualdade socioespacial: áreas bem servidas de equipamentos públicos e infraestrutura urbana e outras com muitas carências;
- 2) Dificuldade de acesso à moradia por conta da ausência de um programa habitacional eficiente, eficaz e efetivo;
- 3) Formação de assentamentos irregulares e ocupação precária dos espaços urbanos (loteamentos sem infraestrutura adequada);
- 4) Ocupação de áreas ambientais e de áreas perigosas;
- 5) Dificuldade em realizar a gestão do território;

- 6) Gestão orientada por interesses de alguns segmentos que se sobrepõem aos interesses coletivos;
- 7) Apropriação privada e indevida de espaços públicos.

Nesse contexto, a função social da cidade está ligada a algumas questões básicas como:

- 1) A cidade é um bem comum que pertence ao conjunto da população;
- 2) É um produto do esforço de todas as pessoas e não de grupos;
- 3) Deve oferecer qualidade de vida de forma equilibrada;
- 4) Deve oferecer oportunidade aos mais pobres em várias dimensões: cultura, saúde, lazer, educação, moradia, dentre outras.

Além da questão habitacional, outro problema intimamente ligado a esse, está relacionado com as questões econômicas de determinados extratos da nossa população.

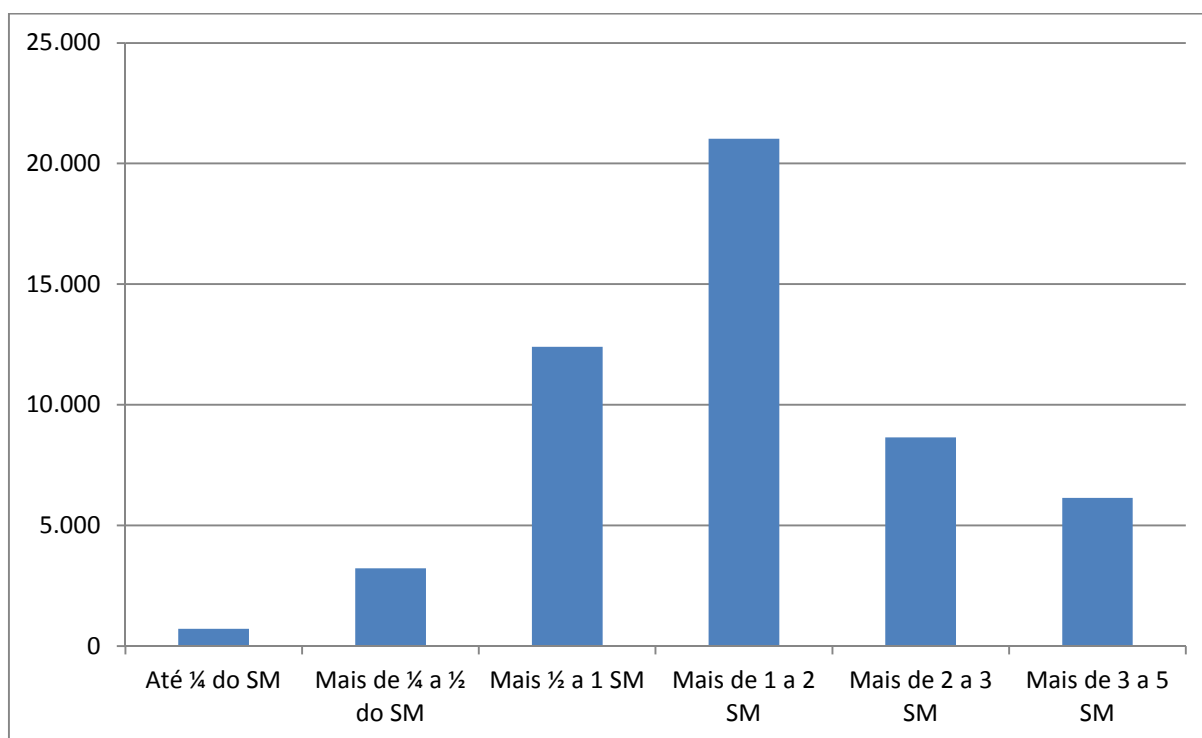
Segundo dados do Censo IBGE (2010), temos um total de 1.093 domicílios sem rendimento, 713 com renda até um quarto do salário mínimo e 3.218 com renda entre um quarto e meio salário mínimo. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 7: Rendimento mensal médio dos domicílios – baseado no salário mínimo (2010)

Rendimento Mensal Média	Quantidade de domicílios
Até $\frac{1}{4}$ do SM	713
Mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ do SM	3.218
Mais $\frac{1}{2}$ a 1 SM	12.405
Mais de 1 a 2 SM	21.023
Mais de 2 a 3 SM	8.652
Mais de 3 a 5 SM	6.137
Mais de 5 SM	4.490
Sem rendimento	1.093
Total	57.731

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social/Plano Municipal de Assistência Social (2014-2017).

Gráfico 3: Rendimento mensal médio dos domicílios – baseado no salário mínimo (2010)



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social/Plano Municipal de Assistência Social (2014-2017).

14

Neste sentido, os 16.336 domicílios com renda entre 0 a 1 salário mínimo correspondem a um índice de pobreza em torno de 29,50%, público alvo da política de assistência social.

Quadro 2: Equipamentos públicos – Assistência Social (2010-2016)

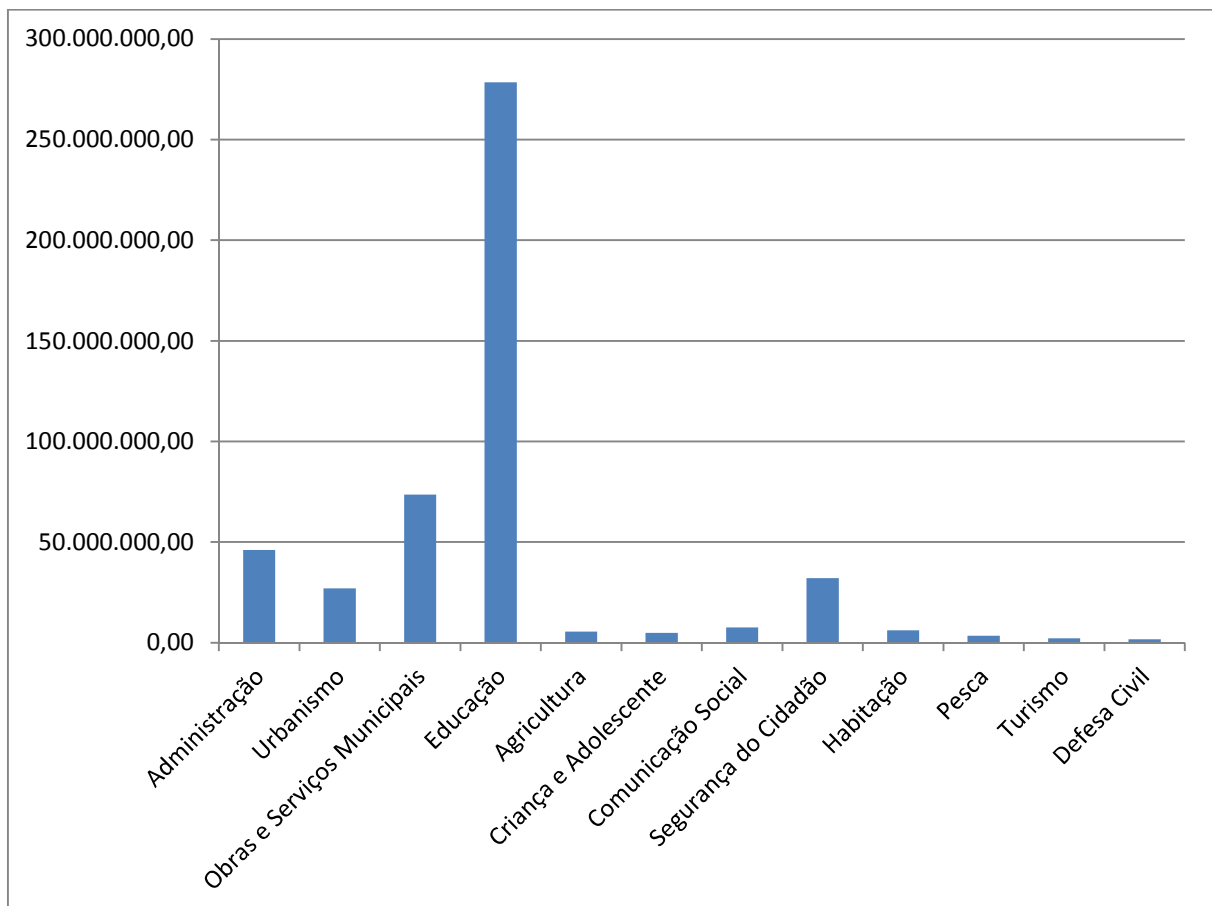
Unidade (Equipamento Social)	Quantidade
Proteção Social Básica (PSB)	04 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) 01 Centro de Convivência de Idosos (CCI) 04 Centros de Múltiplo Uso (Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) 12 Grupos de Idosos Governamentais 12 Grupos de Idosos Não Governamentais 08 Unidades de Arte e Lazer (Grupos de Artesanato – Comunidade em geral)
Proteção Social Especial (PSE) Média Complexidade	01 Abordagem Social 01 Centro POP
Proteção Social Especial (PSE) Alta Complexidade	01 Casa de Apoio Social

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social (2014-2017).

Tabela 9: Orçamento do Município de Itajaí para 2016 (algumas áreas)

Administração Direta	Orçamento (R\$)
Administração	46.140.000,00
Urbanismo	26.940.000,00
Obras e Serviços Municipais	73.684.000,00
Educação	278.440.000,00
Agricultura	5.570.000,00
Criança e Adolescente	4.930.000,00
Comunicação Social	7.660.000,00
Segurança do Cidadão	32.100.000,00
Habitação	6.212.199,00
Pesca	3.420.000,00
Turismo	2.260.000,00
Defesa Civil	1.740.000,00

Fonte: Lei Municipal nº 6.699, de 22 de dezembro de 2015.

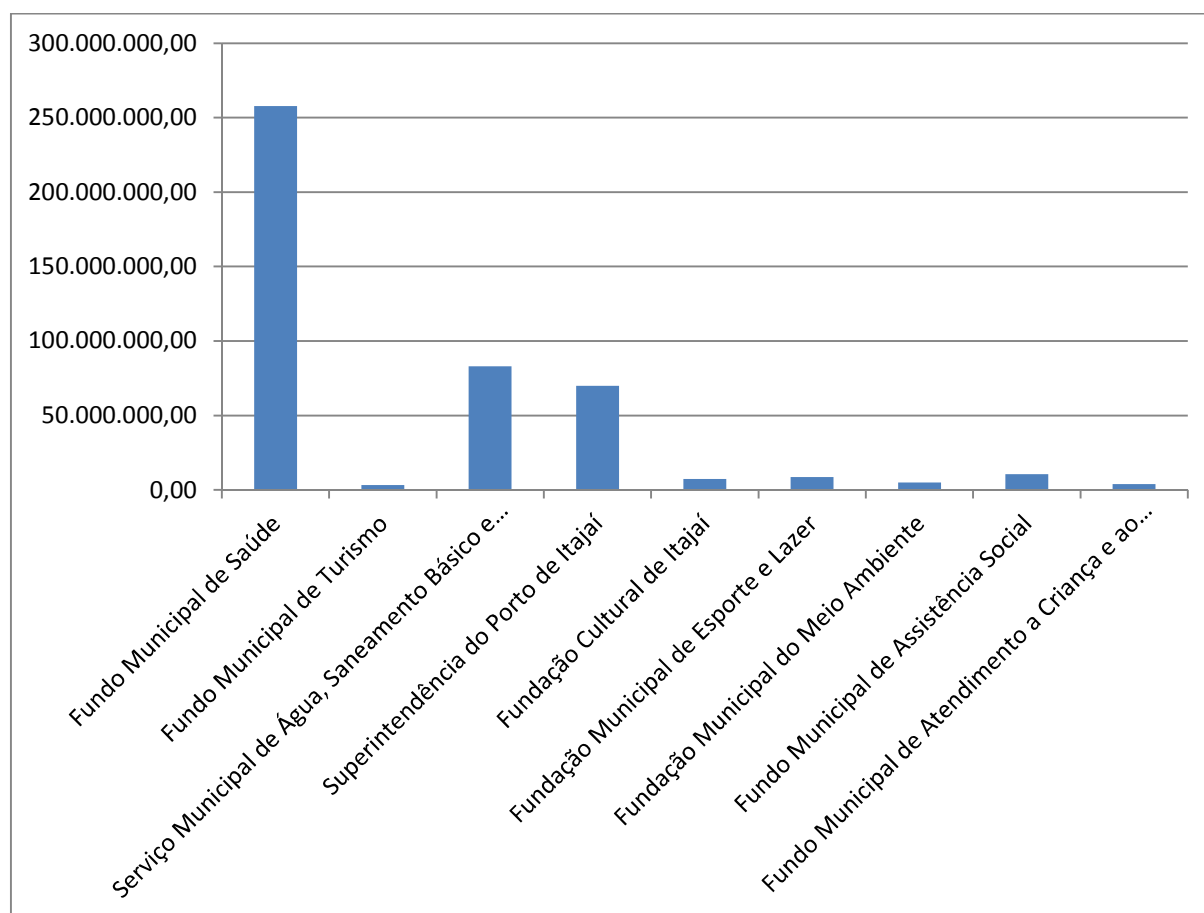
Gráfico 4: Orçamento do Município de Itajaí para 2016 (algumas áreas)

Fonte: Lei Municipal nº 6.699, de 22 de dezembro de 2015.

Tabela 11: Orçamento do Município de Itajaí para 2016 (algumas áreas)

Administração Indireta	Orçamento (R\$)
Fundo Municipal de Saúde	257.676.500,00
Fundo Municipal de Turismo	3.255.000,00
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura	83.000.000,00
Superintendência do Porto de Itajaí	69.946.000,00
Fundação Cultural de Itajaí	7.420.000,00
Fundação Municipal de Esporte e Lazer	8.790.000,00
Fundação Municipal do Meio Ambiente	5.020.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	10.579.451,00
Fundo Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente	4.000.000,00

Fonte: Lei Municipal nº 6.699, de 22 de dezembro de 2015.

Gráfico 5: Orçamento do Município de Itajaí para 2016 (algumas áreas)

Fonte: Lei Municipal nº 6.699, de 22 de dezembro de 2015.

Orçamento estimado – Total: R\$ 1.202.945.150,00

Tabela 12: Estrutura Administrativa do Município de Itajaí

Gabinete	Autarquias	Secretarias ou equivalentes	Fundações	Coordenadorias
Prefeito	IPI	Procuradoria Geral	Cultural	Defesa Civil
Vice- Prefeita	Porto	Administração	FEAPI	CTIMA
	SEMASA	Agricultura	Esporte e Lazer	Regional de Atendimento ao Cidadão (S. Vicente)
		Criança e Adolescente	Genésio	Regional de Atendimento ao Cidadão (Cordeiros)
		Comunicação Social	M. Lins	Regional de Atendimento ao Cidadão (Itaipava)
		Desenvolvimento Econômico	FAMAI	Regional de Atendimento ao Cidadão (Praia Brava)
		Desenvolvimento Social		
		Educação		
		Fazenda		
		Habitação		
		Obras		
		Pesca		
		Planejamento, Orçamento e Gestão		
		Relações Institucionais		
		Saúde		
		Segurança		
		Turismo		
		Urbanismo		
		Controladoria- Geral Executiva		

Fonte: www.itajai.sc.gov.br

Com relação a mobilidade urbana, temos uma visão clara que os governos que passaram não desenvolveram políticas públicas nesta área estratégica capaz de introduzir profundas mudanças para corrigir e/ou resolver determinadas anomalias. Assim, o problema da

mobilidade urbana no nosso município é fruto de décadas de descaso e incompetência governamental.

Nesse sentido, temos um transporte urbano que não respeita o cidadão, ônibus sem conforto, ruas entupidas de carros, sem condições de oferecer segurança aos pedestres e ciclistas, calçadas sem condições de acessibilidade, dentre outros problemas.

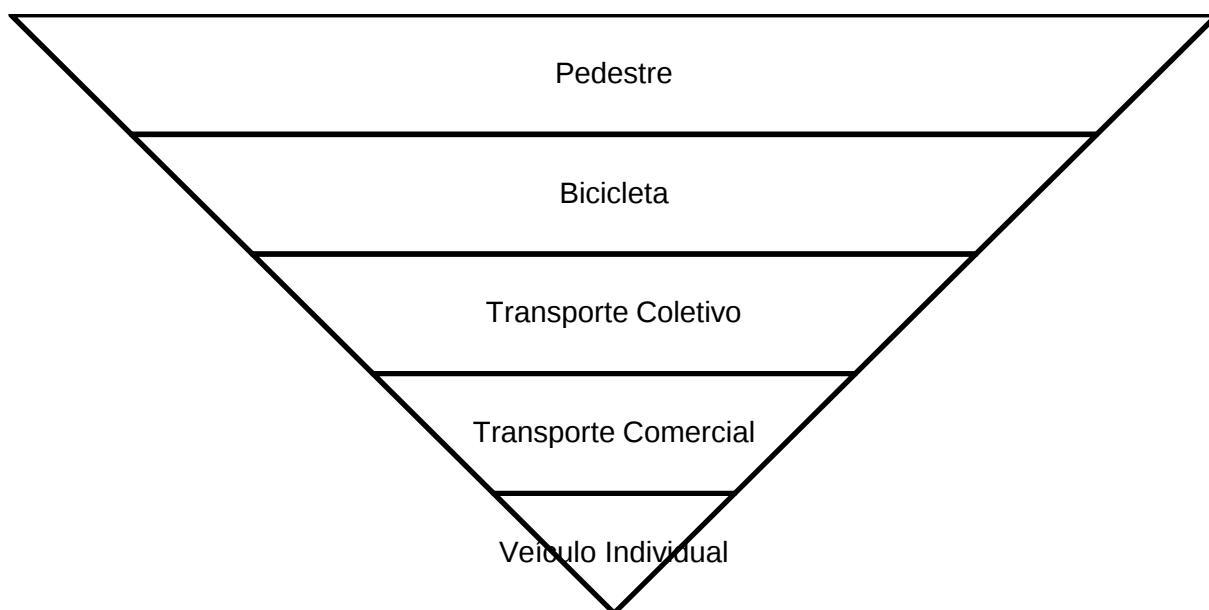
A política de mobilidade urbana é um conjunto de estratégias e metas a cumprir, que disciplina, organiza e planeja o espaço urbano, voltado em primeiro lugar para as pessoas. Todavia, temos uma política governamental há décadas no município que ignora quase por completo esta área, desta forma, o caos já está dando as cartas nessa questão.

Itajaí não é uma cidade voltada para as pessoas, mas sim para os carros, caminhões, situação que inverte a pirâmide e coloca os pedestres e os ciclistas na parte de baixo.

Nesse contexto, temos que enfrentar essa situação e inverter a pirâmide, conforme a figura abaixo. De acordo com o Plano de Mobilidade Urbana do Município (2016), “utilizar a Pirâmide Inversa como um gabarito no Planejamento e no Desenho Urbano faz com que as definições tenham novos propósitos, sejam adequadas a uma mobilidade que amplie a qualidade de vida. [...]”

18

Figura 1: Pirâmide Inversa da Matriz Modal



Fonte: Plano Municipal de Mobilidade Urbana (2016).

Itajaí tem alcançado importantes índices de crescimento econômico nas últimas décadas, todavia, o atual governo tem caminhado na contramão desse crescimento quando falamos das instituições públicas, das políticas sociais, da mobilidade urbana, do meio ambiente, dentre outras. Estamos no século XXI, porém o atual governo administra as estruturas públicas, com práticas da Administração Pública das primeiras décadas do século XX.

O princípio constitucional da eficiência foi uma forma de dar resposta a ineficiência administrativa na condução dos negócios públicos, e evitar que gestores e agentes públicos despreparados, bem como a epidemia do nepotismo, continuasse a provocar impactos negativos na qualidade dos serviços públicos oferecidos à população. (GONÇALVES, E. O Princípio da Eficiência na Gestão da Saúde, São Paulo: Scortecci, 2014).

Com a reforma de nossa Carta Política, inserindo este princípio fundamental na Administração Pública, o que se busca é a efetivação de mecanismos capazes de impulsionar a eficiência em nossas instituições públicas.

Tem como norte também, proteger a estrutura estatal de doenças antigas, como o patrimonialismo, clientelismo e o fisiologismo dos partidos políticos, patologias letais que causam enormes prejuízos *na res pública*. (ibidem, 2014).

No caso de Itajaí, ainda encontramos muitos gestores públicos despreparados para assumirem importantes funções na Administração Pública, situação marcada pela forte interferência política de partidos, com a intenção única e exclusiva de atender interesses pessoais e corporativos.

A gestão pública no nosso município é decepcionante e está permeada por interesses pessoais e políticos etc., situação que se constitui numa ameaça ao princípio da eficiência na Administração Pública. Aqui, assistimos diariamente o privado se confundindo com o público, onde infelizmente as relações de cunho privado estão interferindo diretamente nas decisões de cunho público.

Nesse contexto, o aperfeiçoamento dos níveis de controle interno e externo da Administração Pública, o fortalecimento do *accountability*

político e institucional, e um controle social mais rigoroso e efetivo, provocará mudanças na forma de conduzir a coisa pública no nosso município, evitando que agentes políticos e gestores provoquem prejuízos às nossas instituições e, conseqüentemente, à população.

A consolidação do princípio constitucional da eficiência administrativa na gestão da coisa pública é uma meta que temos que buscar em nosso município, e isso depende diretamente de nós, membros do corpo político, exigindo assim, que o Contrato Social firmado entre o Estado e a Sociedade seja cumprido, obedecido e respeitado. (ibidem, 2014).

Segundo o Banco Mundial, governança é o “exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo.” Em outras palavras, seria a capacidade do governo de implementar políticas e exercer suas funções administrativas.

Analizando as reflexões e os conceitos a respeito da governança, podemos visualizar claramente que temos no Município de Itajaí um governo que não observa as práticas de governança, sendo assim, decepcionante do ponto de vista da gestão da coisa pública.

Temos uma gestão sem controle, sem planejamento, permeada por interesses políticos e pessoais, onde os fatos mostram isso - em prejuízo da grande massa da população que necessita cada vez mais de serviços públicos eficientes para atender suas necessidades.

O governo é ineficiente na execução de políticas públicas. Vários setores do município apresentam sérios problemas por conta da ineficiência na gestão como, Saúde, Habitação, Trânsito, Meio Ambiente, Turismo, Planejamento Urbano, Porto, dentre outros.

Se o governo municipal tivesse implantado práticas de governança, a situação seria outra. Não estaríamos assistindo casos de corrupção, ineficiência gerencial das políticas públicas, falta de recursos etc.

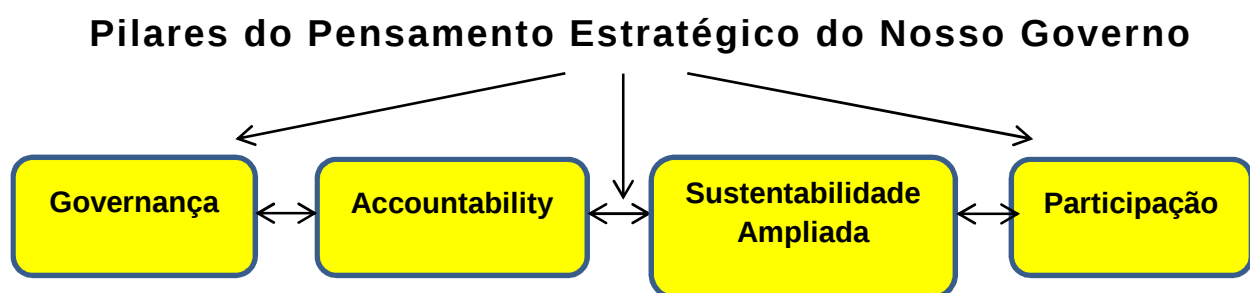
Institucionalizar as práticas de governança é respeitar a coisa pública, é mostrar que o interesse público está acima de qualquer interesse pessoal e político-partidário. É pensar de uma forma republicana, é afastar qualquer interesse privado nocivo das

instituições públicas, é pensar que o pacto social instituído entre a Sociedade e o atual governo deve ser respeitado, seguido, protegido.

Diante da desordem governamental em que vivemos é urgente repensar que governo queremos para os próximos anos, que tipo de gestão queremos na condução dos negócios públicos.

Os destinos da *polis* não podem ficar sob domínio de um grupo político e seus aliados. Nesse sentido, a população deve exercer seu direito de participação nos negócios públicos, fiscalizar os atos governamentais, discutir os caminhos a seguir.

É preciso governar com técnica, com respeito e conhecimento da coisa pública, e não com amigos, já que os negócios privados quando se confundem com os negócios públicos, os prejuízos são incalculáveis.



21

Dimensões da Sustentabilidade:

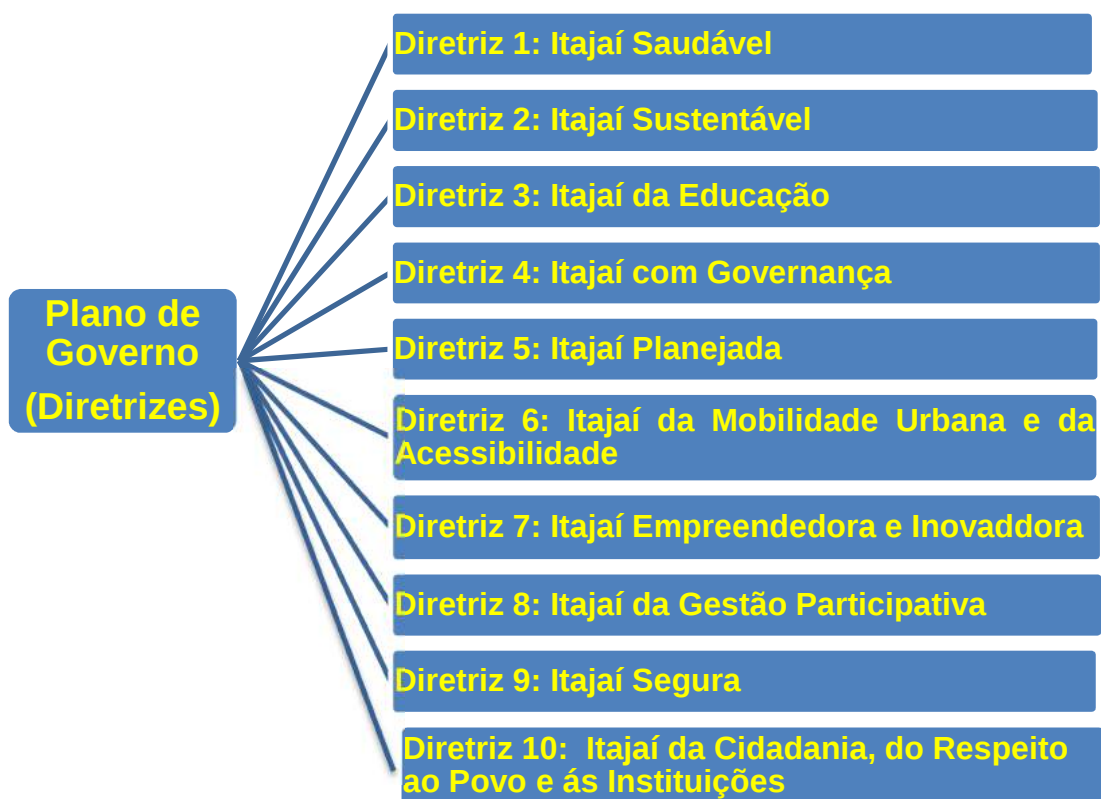
1. **Sustentabilidade ambiental:** refere-se a manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas;
2. **Sustentabilidade social:** tem como referência o desenvolvimento e como objeto a melhoria da qualidade de vida da população;
3. **Sustentabilidade política:** refere-se ao processo de construção da cidadania em seus vários ângulos, e visa garantir a plena incorporação dos cidadãos no processo de desenvolvimento;

4. **Sustentabilidade econômica:** implica na gestão eficiente dos recursos em geral;
5. **Sustentabilidade demográfica:** revela os limites da capacidade de suporte de determinado território e de sua base de recursos;
6. **Sustentabilidade cultural:** relaciona-se com a capacidade de manter a diversidade de culturas, valores e práticas;
7. **Sustentabilidade institucional:** trata de criar e fortalecer engenharias institucionais, bem como torná-las eficientes.

Fonte: Plano Municipal de Mobilidade Urbana (2016).

Apresentação - Diretrizes do Plano

O **Plano de Governo “A Itajaí Que Você Quer”** está baseado em **10 (dez) diretrizes (compromissos)**, que nortearão as ações governamentais e o planejamento estratégico do nosso futuro governo.



Esse nosso sonho está sendo compartilhado com o povo de Itajaí, é desejo de todos a renovação da gestão pública do nosso município.

Nascido de um esforço coletivo e de uma vontade política, estamos assumindo essa responsabilidade perante o povo, para implantar uma gestão pública inovadora, que defenda, proteja e realize ações, tendo como foco o cidadão e seus direitos.

Assim, apresentamos as seguintes diretrizes:

Diretriz 1 - Itajaí Saudável

Busca priorizar o fortalecimento e a gestão do Sistema Único de Saúde no município, introduzindo um novo modelo de gestão da saúde e, ainda, ampliar os investimentos no setor e promover uma política estratégica para o desenvolvimento da Atenção Básica de Saúde, a primeira porta de entrada do sistema.

Tem como objetivo também desenvolver políticas públicas de esporte e lazer, estratégias para a melhoria das condições de vida da população, desenvolvimento da pessoa e fortalecimento da cidadania.



Crédito: itajai.sc.gov.br

Diretriz 2 - Itajaí Sustentável

Criar uma relação de equilíbrio entre o crescimento econômico e a proteção ambiental e, ainda, qualificar a gestão ambiental e as políticas ambientais no município.



Crédito: studio@.com

24

Diretriz 3 - Itajaí da Educação

Busca uma nova gestão educacional no município, o cumprimento dos objetivos e metas do Plano Municipal de Educação e demais políticas inerentes ao desenvolvimento da Educação e, ainda, a democratização do processo de acesso aos cargos de direção nas instituições escolares.

Estabelecer padrões democráticos e eficazes de gestão apoiados no controle social e no incentivo a gestão democrática nas unidades escolares com a participação de professores, pais, alunos e a comunidade.



Crédito: itajai.sc.gov.br

Diretriz 4 - Itajaí com Governança

25

Implantar na gestão pública municipal as práticas de governança, impulsionando assim, a capacidade do governo em desenvolver suas funções de forma transparente, eficiente, eficaz e efetiva.



Crédito: itajai.sc.gov.br

Diretriz 5 - Itajaí Planejada

Desenvolver estudos permanentes para a recuperação dos espaços públicos, tornando-os mais humanos, seguros e sustentáveis e, ainda, tornar esta política de planejamento um instrumento de participação da Sociedade. Busca também, pensar a Itajaí do futuro, com planejamento de curto, médio e longo prazo.



Crédito: studio@.com

26

Diretriz 6 - Itajaí da Mobilidade Urbana e da Acessibilidade

Implantar uma política de mobilidade urbana baseada na sustentabilidade, acessibilidade e no respeito ao cidadão e ao meio ambiente. Busca também, através das técnicas de planejamento, implantar um sistema de transporte público de qualidade, com respeito ao cidadão, bem como a reorganização do sistema viário do município.



Crédito: studio@.com

Diretriz 7 - Itajaí Empreendedora e Inovadora

27

Criar uma política de incentivo a inovação e ao empreendedorismo, induzindo ao desenvolvimento de potenciais produtivos e novos empreendedores para o aumento da capacidade econômica do município. Busca ainda, a diversificação da nossa economia, de forma a criar condições estratégicas para o desenvolvimento de várias atividades econômicas.

Visa também a implementação de políticas públicas para as atividades portuária e pesqueira, fundamentais para o desenvolvimento do município e de toda a cadeia produtiva ligada a essas atividades econômicas.



Crédito: studio@.com

Diretriz 8 - Itajaí da Gestão Participativa

Busca a aproximação da gestão pública municipal com a população, criando uma relação transparente, responsável e fundamentada na defesa do interesse público. Tem também o compromisso de incentivar a criação de conselhos gestores e fortalecer os já existentes no município.

Busca ainda, aplicar ferramentas de mandato compartilhado, inserindo a população na agenda das políticas públicas, e no empoderamento dos cidadãos para a participação nas discussões e decisões dessas políticas.

Diretriz 9 - Itajaí Segura

Busca o desenvolvimento de políticas públicas de proteção social intersetoriais, focadas na participação do cidadão, da comunidade, das escolas e das instituições públicas e privadas. Promover ainda, de forma permanente, a efetivação da cidadania e o respeito aos direitos sociais. Além disso, criar ações de segurança do cidadão integradas com o Governo do Estado.



Crédito: itajai.sc.gov.br

Diretriz 10 - Itajaí da Cidadania, do Respeito ao Povo e às Instituições

Busca o desenvolvimento da cidadania em seus vários aspectos e o respeito as instituições e as leis que regem os atos e funções públicas. Tem como objetivo também defender os valores sociais, culturais e a história da nossa cidade e do nosso povo, resgatando assim, o orgulho da nossa gente e das pessoas que adotaram a nossa cidade para trabalhar e constituir suas famílias.

29



Crédito: studio@.com

MACRO-OBJETIVOS

Plano de Governo

M.O. Gestão Governamental Estratégica

- Criar um novo modelo de gestão pública no município, democrático, eficiente, descentralizado, participativo (com gestão compartilhada), práticas de governança e com *accountability* político e institucional (responsabilidade de prestar contas e transparência nos atos públicos);
- Desenvolver as políticas públicas e as intervenções governamentais com foco em resultados tangíveis (eficácia), fazendo uso racional dos recursos públicos (eficiência) e garantindo o controle social e responsabilização das decisões e ações públicas (transparência);
- Implantar o planejamento estratégico na gestão com o envolvimento de vários atores (gestores públicos, servidores, comunidade, conselhos, associações de moradores, entidades de classe etc.);
- Criar e desenvolver o Plano Itajaí 50 anos;
- Desenvolver uma gestão governamental com foco na responsabilidade fiscal e na eficiência das estruturas públicas;
- Ampliar os investimentos em áreas prioritárias e cortar gastos desnecessários com cargos em comissão e aluguéis;
- Extinguir secretarias de governo que só servem para aparelhar suas estruturas com militantes de partidos políticos, visando a redução de custos e a eficiência na gestão;
- Implantar uma política de modernização das estruturas públicas com vistas a melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços administrativos prestados à população;
- Criar um sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- Promover programas de avaliação de desempenho da gestão, visando o alcance da eficiência administrativa;
- Ampliar os investimentos na FEAPI, criar uma estrutura operacional permanente e buscar parcerias com instituições de ensino para o

aumento na oferta de cursos de capacitação de servidores e gestores, buscando assim a fortalecimento das práticas de governança;

- Criar os SEAC – Serviços Regionalizados de Atendimento ao Contribuinte (unidades descentralizadas de atendimento administrativo em bairros mais afastados do centro);
- Criar cargos de provimento efetivo de acordo com estudos técnicos, para atender as demandas das diversas secretarias, autarquias e fundações do município, extinguindo assim, vários cargos em comissão, que desempenham funções privativas de cargos efetivos;
- Abrir concurso público para suprir as necessidades das diversas secretarias, autarquias e fundações do município;
- Promover estudos e criar equipamentos públicos para atendimento à população em diversas áreas, nas localidades mais afastadas do município;
- Criar uma estrutura de controle interno dotada de capacidade técnica necessária e gerencial para o acompanhamento, fiscalização e controle das ações de governo;
- Criar um sistema de consulta e controle dos contratos públicos, dando assim, transparência nas ações governamentais e permitindo a população exercer o controle social sobre os atos governamentais;
- Desenvolver um PPA (Plano Plurianual) participativo, planejado e de acordo com as necessidades do município e da população;
- Propor a criação de consórcios intermunicipais para a gestão associada de serviços públicos.

31

M.O. Assistência Social

- Buscar a superação das desigualdades sociais no município e o fortalecimento do Sistema Único de Assistencial Social (SUAS);
- Desenvolver a Política de Assistência Social em articulação com as demais políticas sociais existentes no município;
- Fortalecer os serviços pactuados pelo município no âmbito do Sistema Único de Assistência Social e da Política Nacional de Assistência Social;

- Ampliar as ações relacionadas à política de atenção ao idoso, em observância a política nacional e ao próprio Estatuto do Idoso;
- Reestruturar a rede de serviços relacionados ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social no município;
- Desenvolver uma política de educação continuada e permanente para os servidores;
- Implantar o planejamento estratégico para a definição dos objetivos e metas de assistência social, em consonância com as diretrizes nacionais do SUAS;
- Implantar uma política municipal de atenção à criança e ao adolescente, em consonância com as políticas estadual e federal e também com o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Buscar permanentemente a erradicação da miséria absoluta no município;
- Criar estruturas administrativas para a garantia das ações de Proteção Social Básica e Especial;
- Criar a Lei Orgânica da Assistência Social no Município de Itajaí;
- Ampliar o quadro de assistentes sociais e outras categorias necessárias para a consolidação dos serviços no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, cumprindo assim os requisitos e exigências da NOB-RH/SUAS;
- Ampliar o número de CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), reorganizando assim a rede de assistência;
- Implantar mais um Conselho Tutelar no município e reestruturar o atual conselho;
- Desenvolver projetos habitacionais em parceria com os governos estadual e federal e a consequente diminuição do déficit habitacional no nosso município, tendo como referência para o desenvolvimento dessa política pública estratégica, o cadastro único da Assistência Social.

- Desenvolver o planejamento estratégico para o cumprimento dos objetivos e metas do Plano Municipal de Educação;
- Desenvolver uma política de educação continuada e permanente para os servidores da secretaria Municipal de Educação;
- Inserir as práticas de governança nas escolas, permitindo uma maior participação dos diretores, professores, alunos e pais na política e gestão educacional;
- Implantar ações permanentes de oferta de vagas para atender a demanda nas creches, centros de educação infantil e no ensino fundamental;
- Investir na melhoria da estrutura física e tecnológica das unidades escolares, propiciando assim, as melhores condições possíveis para a qualidade do ensino e conforto dos alunos;
- Fortalecer a carreira do magistério;
- Criar mecanismos para o fortalecimento da autonomia administrativa, pedagógica e financeira das escolas;
- Desenvolver uma política de inclusão e universalização digital nas escolas;
- Melhorar o sistema de transporte escolar e ampliá-lo de forma contínua, de acordo com a demanda identificada;
- Buscar de forma contínua a melhoria dos indicadores de rendimento e aprendizagem.
- Ampliar a jornada escolar para atendimento integral em unidades escolares com estrutura e localização estratégica;
- Desenvolver ações permanentes de acompanhamento e fiscalização da qualidade da merenda escolar.
- Assumir compromissos inadiáveis com a erradicação do analfabetismo e com garantia de acesso a toda população a uma educação de qualidade: isso implica em priorizar alocação de verbas do orçamento do município para recuperação e ampliação das unidades de ensino básico e creches, tendo por meta a garantia de oferta que atenda integralmente a demanda do município. A política educacional do município precisa ter foco numa educação pública e universal de

qualidade em todos os níveis, integral, inclusiva, formadora de cidadãos comprometidos com uma vida social solidária e sustentável e preparados para os desafios de uma sociedade cada vez mais demandante de informação e conhecimento, como princípio fundante de uma verdadeira República baseada na igualdade de oportunidades para todos;

- Implantar uma gestão sustentável nas escolas (economia de energia, destinação dos resíduos etc.).
- Estabelecer padrões democráticos e eficazes de gestão apoiados no controle social;
- Desenvolver projetos para as bibliotecas públicas e comunitárias, modernizando os espaços e atualizando os acervos.
- Oferecer esporte de qualidade em todas as escolas do município, valorizando a importância da disciplina e promovendo atividades inclusivas, que incentivem a diversidade, o trabalho em equipe e a criação de valores.

M.O. Saúde

- Ampliar os investimentos na Atenção Básica de Saúde, tendo como um dos focos a Estratégia Saúde da Família, contribuindo assim, para o aumento da prevenção e promoção da saúde;
- Mudar a lógica do sistema de saúde do município, que hoje está focado mais na doença do que na prevenção e promoção da saúde;
- Implantar uma gestão estratégica e a introdução de práticas de governança;
- Ampliar os investimentos na rede assistencial para garantir uma verdadeira universalização dos atendimentos e o alcance do princípio da equidade;
- Adotar critérios técnicos para a nomeação de cargos de direção, chefia e assessoramento, visando o princípio da eficiência na gestão da Saúde;
- Recuperar e ampliar a estrutura física das unidades assistenciais de saúde;

- Criar novos equipamentos públicos de saúde baseados em estudos técnicos e no equilíbrio entre a oferta e demanda;
- Apoiar e implantar projetos e programas inovadores em parceria com instituições universitárias do município, para o desenvolvimento dos serviços de saúde e da própria gestão;
- Implantar políticas públicas integradas com outras áreas de gestão do município;
- Criar ações de fortalecimento da Região de Saúde em parceria com os demais municípios da AMFRI;
- Reestruturar e ampliar os investimentos na Central de Regulação, possibilitando assim, a efetivação e consolidação de um verdadeiro complexo regulador no âmbito do acesso as ações e serviços de saúde;
- Ampliar os investimentos no Componente Municipal de Auditoria do SUS, consolidando uma eficiente estrutura de controle interno e externo dos recursos da saúde;
- Reestruturar e ampliar os investimentos nas ações e serviços de média e alta complexidade, com foco na diminuição do tempo de espera para a realização de exames e consultas;
- Reestruturar e ampliar os investimentos na Assistência Farmacêutica;
- Implantar uma política de educação continuada e permanente para os servidores e gestores;
- Buscar linhas de financiamento de projetos para a melhoria contínua dos serviços, junto aos governos estadual e federal;
- Desenvolver ações para incentivar e consolidar a participação da comunidade na gestão do sistema;
- Desenvolver uma política de inovação tecnológica e um planejamento permanente no âmbito da tecnologia da informação, com vistas a modernização da gestão da saúde;
- Implantar o planejamento estratégico em consonância com o Plano Municipal de Saúde e demais instrumentos de gestão;

M.O. Meio Ambiente

- Reestruturar a Fundação Municipal do Meio Ambiente e dotá-la de capacidade técnica e financeira;

- Reestruturar os programas e projetos ambientais existentes e criar novos, com o objetivo de ampliar as ações de preservação e controle ambientais em todo o território do município;
- Fortalecer e manter em funcionamento o Conselho Municipal do Meio Ambiente;
- Implantar um sistema de coleta seletiva nas instituições do município;
- Implantar uma política permanente de aumento das áreas verdes;
- Criar uma estrutura com capacidade técnica e financeira permanente para a defesa dos direitos dos animais;
- Promover o desenvolvimento integrado, articulando ações de crescimento econômico, qualidade de vida e respeito e preservação ao meio ambiente;
- Estabelecer marcos regulatórios que definam a relação entre os projetos de novos empreendimentos e a preservação do meio ambiente;
- Promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável e uma política permanente para reverter a perda dos recursos ambientais;
- Criar mecanismos de controle e transparência com relação aos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- Revisar todo o arcabouço jurídico na área ambiental no município e promover as alterações e/ou correções que forem necessárias;
- Criar legislação específica para regulamentar o uso e proteção dos parques existentes reconhecidos no município.
- Criar uma unidade de acolhimento para animais em situação de maus-tratos.
- Criar áreas de proteção ambiental e parques naturais no município.

36

M.O. Esporte e Lazer

- Ampliar e construir novos equipamentos públicos de lazer;
- Criar uma política municipal de inclusão social a partir do esporte;
- Abrir as escolas municipais para a comunidade, para o desenvolvimento de práticas esportivas e lazer em períodos fora do horário escolar;
- Reestruturar e dar condições técnicas e financeiras para a Fundação Municipal de Esportes e Lazer manter e criar novas políticas públicas;

- Investir na capacitação permanente de atletas e alunos da rede municipal de ensino, para inseri-los em competições representando o município;
- Desenvolver políticas públicas permanentes de esporte e lazer em áreas com população em situação de vulnerabilidade social;
- Criar legislação específica para regulamentar o uso dos recursos da Fundação Municipal de Esporte e Lazer, promovendo assim, uma maior transparência e responsabilidade no uso dos recursos;
- Implantar o CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados) em parceria com o governo federal, integrando num mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, serviços sociassistenciais etc., conforme exigências definidas pelo Ministério da Cultura;
- Criar políticas públicas no âmbito das escolas de artes marciais;
- Criar uma relação das políticas de esporte e lazer com o turismo, desenvolvendo ações conjuntas e articuladas.

M.O. Segurança do Cidadão, Transporte e Trânsito

- Criar políticas de segurança do cidadão de forma integrada com outras áreas da gestão e com as demais esferas de governo;
- Reestruturar o órgão de trânsito do município, dotando de mais capacidade gerencial, técnica e financeira;
- Criar uma estrutura permanente de fiscalização do transporte público;
- Promover a criação de conselhos de segurança em todos os bairros do município;
- Desenvolver ações de organização do trânsito em consonância com o Plano Municipal de Mobilidade Urbana;
- Desenvolver projetos de educação no trânsito;
- Ampliar o quadro de agentes de autoridade de trânsito;
- Implantar um sistema de transporte público de qualidade e com respeito ao usuário, inclusive, com a possibilidade de disponibilizar duas empresas concessionárias de serviços de transporte coletivo;

- Desenvolver projetos e políticas públicas voltadas para a segurança do cidadão em conjunto com o governo do estado e estimular a implantação de policiamento comunitário;
- Integrar políticas públicas de educação e segurança, gerando programas de conscientização da população para a erradicação da violência.

M.O. Cultura

- Garantir o cumprimento das ações previstas no Plano Municipal de Cultura, instituído através da Lei Municipal nº 6.717/2016;
- Criar ações de promoção, formação, desenvolvimento humano e proteção da cultura local;
- Desenvolver projetos voltados para levar as ações culturais à todos os bairros do município;
- Desenvolver projetos em parceria com os governos estadual e federal, com o objetivo de recuperar e proteger o patrimônio histórico e cultural do município;
- Implantar um calendário anual de eventos culturais (disseminação de saberes, sabores, tradições e talentos) para todos os bairros do município;
- Integrar as ações de cultura, esporte, lazer, saúde e assistência social, centrada nos interesses e necessidades da comunidade;
- Promover festivais de dança, teatro, artes, feiras de livros, música e outras atividades culturais em vários bairros do município;
- Investir no setor de produção artesanal voltado para a nossa cultura;
- Implantar uma política de modernização administrativa e financeira dos equipamentos culturais do município, garantindo o financiamento contínuo de suas atividades;
- Levar as práticas de teatro para as escolas da Rede Municipal de Educação com temas relacionados ao meio ambiente, mobilidade urbana, cidadania etc.;
- Otimizar a gestão e a programação dos equipamentos culturais públicos, adequando e multiplicando salas de espetáculos, espaços expositivos, auditórios e salas de ensaio;

- Capacitar e atualizar gestores, servidores e profissionais da cultura a respeito de tendências artísticas, culturais e boas práticas em gestão;
- Ampliar o financiamento e o número de espaços públicos multiculturais para a juventude e conceder bolsas de incentivo a jovens que desenvolvam atividades culturais para sua comunidade;
- Revisar a lei de Incentivo a Cultura, criando critérios mais justos para o financiamento de projetos culturais;
- Criar um Sistema de Cadastro de Categorias Artísticas, para que o gestor da cultura tenha disponível um banco de dados com o nome, endereço, número de músicos, atores etc. no nosso município;
- Revisar as funções e criar uma nova regulamentação sobre a forma de seleção de projetos pela Comissão Itajaiense de Avaliação de Projetos Culturais (CITAC);
- Criar cargos específicos e providenciar a abertura de concurso público para a Fundação Municipal de Cultura;
- Dotar a Fundação Municipal de Cultura e suas unidades de capacidade técnica e gerencial.

39

M.O. Desenvolvimento Econômico e Sustentável, Trabalho e Renda

- Criar políticas públicas de desenvolvimento econômico sustentável urbano e rural e contribuir para a diminuição das desigualdades sociais;
- Criar projetos estratégicos para o desenvolvimento do trabalhador e sua inserção no mercado de trabalho;
- Ampliar as políticas de geração de emprego e renda;
- Desenvolver políticas públicas para o desenvolvimento do turismo local, respeitando nossas tradições, nossas belezas naturais e nosso patrimônio histórico;
- Promover ações no campo do turismo ecológico, valorizando nossa história;
- Criar projetos que induzam a modernização do comércio e dos setores de serviços;

- Criar projetos em parcerias com organizações públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento do turismo;
- Criar em conjunto com outras áreas da gestão, projetos de melhorias da infraestrutura de transporte e logística;
- Desenvolver projetos de desenvolvimento da economia, geração de emprego e renda nas áreas rurais do município;
- Ampliar os investimentos na FEAPI para aumento da sua capacidade de oferta de cursos ao trabalhador;
- Apoiar os projetos de economia solidária no município;
- Desenvolver políticas públicas para as atividades portuária e pesqueira, fundamentais para o desenvolvimento do município e de toda a cadeia produtiva ligada a essas atividades econômicas;
- Desenvolver políticas públicas para a implantação de polos de inovação e produção tecnológica e fomentar parcerias com a iniciativa privada e instituições públicas para oferta de cursos de formação e incentivo a instalação de novas empresas de base tecnológica no município;
- Apoiar a atuação dos agentes criativos, diminuindo a burocracia e a tributação que incidem sobre as associações, cooperativas e empresas culturais, e desenvolvendo tecnologias que facilitem a organização em redes e coletivos;
- Fortalecer a produção agroecológica de base familiar e fomentar parcerias com o governo estadual para ampliar a qualificação dos produtores familiares, com ênfase na produção orgânica agroecológica;
- Intensificar a vigilância ambiental e sanitária para coibir o uso indevido de agroquímicos contaminantes e prejudiciais à saúde pública;
- Implantar no município o conceito de “compras verdes”, definindo metas para compras de produtos ambientalmente corretos;
- Estimular a destinação de espaços urbanos públicos à comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar e de sistemas agroecológicos, padronizando a certificação de garantia de origem e o processo produtivo;
- Elaborar o Plano Municipal de Turismo Sustentável, democratizando o acesso e potencializando atrativos naturais e culturais, difundindo

valores locais e contribuindo para a transição a uma economia sustentável;

- Desenvolver projetos de capacitação permanente dos trabalhadores ligados as atividades turísticas.

M.O. Porto e Logística

- Reestruturar a gestão portuária no município, bem como promover a redução de cargos em comissão e desenvolver uma gestão com pessoal técnico do quadro de servidores efetivos, com vistas ao alcance da eficiência administrativa;
- Criar regimentos específicos com definição de critérios técnicos para a nomeação do cargo de superintendente do Porto;
- Definir o representante do Conselho de Autoridade Portuária (CAP), tendo como exigência para o escolhido, ser um membro ligado ao Porto de Itajaí;
- Dotar o centro de treinamento profissional de capacidade administrativa e financeira para o desenvolvimento de programas de capacitação continuada e permanente para os trabalhadores portuários;
- Conclusão da via expressa portuária em parceria com os governos federal e/ou estadual;
- Criar instrumentos de fiscalização, incentivar a utilização de berços públicos pela operadora e demais operadores portuários;
- Implantar um plano de gestão financeira para tornar o porto autossustentável;
- Desenvolver no âmbito da superintendência práticas de governança e criar instrumentos gerenciais para o aumento da capacidade de controle e transparência dos atos relativos a gestão portuária;
- Promover uma regulamentação legal para que o operador portuário privado realize o pagamento de taxas e cumpra obrigações com relação a mão-de-obra especializada dos sindicatos;
- Revisar a legislação que trata das funções da guarda portuária;
- Desenvolver estratégias articuladoras com todos os atores que integram a cadeia de serviços portuários;

- Integrar e unificar o planejamento estratégico do porto com o da cidade, bem como acompanhar e analisar os impactos das atividades portuárias nas questões urbanas;
- Desenvolver políticas públicas para a garantia da infraestrutura portuária;
- Buscar o estreitamento das relações entre autoridades públicas e autoridades portuárias, promovendo uma articulação institucional para a aproximação do porto com as questões que envolvem a cidade, sua cadeia produtiva, a mobilidade urbana e o respeito ao meio ambiente e as pessoas;
- Criar condicionalidades para a nomeação dos principais cargos de direção da autarquia, sendo uma delas, comprovar as condições técnicas para a função a ser ocupada;
- Criar o Fundo de Compensações de Impacto Viário (FIV).

M.O. Água e Saneamento Básico

- Desenvolver projetos de saneamento básico em localidades com sérios problemas de infraestrutura urbana e com concentração de bolsões de pobreza;
- Revisar e implantar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB);
- Desenvolver ações contínuas e novos projetos de infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários;
- Manter em funcionamento o sistema de drenagem das águas pluviais;
- Investir de forma permanente na manutenção da rede de água e esgoto do município;
- Desenvolver o planejamento estratégico em consonância com o Plano Nacional de Saneamento Básico;
- Buscar a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental em parceria com a FAMAI;
- Promover e implantar uma gestão eficiente no âmbito do abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos em observância ao previsto na Lei nº

6.472/2013, que dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico;

- Garantir o acesso de grupos populacionais vulneráveis aos serviços básicos de água e esgoto;
- Criar o Conselho Municipal de Saneamento Básico;
- Criar um novo modelo de gestão do Aterro Sanitário Municipal;
- Instituir programas de saneamento rural;
- Instituir programas estruturantes para o aumento da capacidade de gestão e da prestação de serviços públicos;
- Prioridade na expansão dos serviços de saneamento básico, na gestão de resíduos sólidos e de resíduos perigosos, dotando o município de ferramentas adequadas para tratar adequadamente seus resíduos, com responsabilidade ambiental e racionalização no reuso e reaproveitamento de materiais;
- Avaliar de forma criteriosa o saneamento básico no município e implementar medidas que garantam a rápida universalização do saneamento no município;
- Incentivar a descentralização da reciclagem e reaproveitamento de materiais;
- Promover a inclusão social dos catadores e recicladores de lixo, com fomento à construção de cooperativas de associados, devidamente organizadas e registradas, com carteira de trabalho e renda mensal;
- Compromisso pela instalação ou retomada dos comitês de bacias hidrográficas e implantação de órgãos colegiados de política urbana, com efetivação de mecanismos deliberativos.

43

M.O. Urbanismo, Mobilidade Urbana e Acessibilidade

- Criar uma malha de ciclovias e ciclofaixas interligadas com vários bairros do município, tornando Itajaí uma das cidades mais cicláveis do Brasil;
- Incentivar e desenvolver políticas públicas para o uso da bicicleta como meio de transporte;
- Criar o programa Empresa Amiga da Bicicleta;
- Desenvolver projetos de mobilidade urbana sustentáveis;

- Desenvolver projetos para a melhoria das calçadas e das praças públicas, observando as normas de acessibilidade;
- Estabelecer um programa de regularização fundiária em áreas de comunidades mais pobres do município;
- Reverter a lógica da remoção territorial de grupos vulneráveis e criar políticas públicas para melhorar as condições desses locais onde estão instalados (urbanização, regularização fundiária e implantação de equipamentos públicos);
- Implantar um planejamento urbano sustentável;
- Fortalecer o aparato público de controle urbano para organizar as atividades produtivas;
- Desenvolver o Plano Municipal de Habitação para recuperação urbana e social das famílias em situação de vulnerabilidade e para a recuperação de áreas em processo de degradação;
- Propor novos modelos urbanos que apresentem um equilíbrio entre a sociedade, a economia, a preservação ambiental e a qualidade de vida;
- Desenvolver um programa de manutenção e revitalização de nossas ruas e avenidas, atendendo assim, as necessidades de todos os bairros da cidade, melhorando as condições de passeio, tráfego de veículos e bicicletas, bem como a garantia das condições de acessibilidade ao longo da via para pedestres/pessoas portadoras de necessidades especiais (conceito de ruas completas);
- Incluir a comunidade nas decisões de planejamento urbano e rural;
- Criação do programa de Implantação de Calçadas Permeáveis;
- Desenvolver projetos habitacionais para famílias em situação de vulnerabilidade social e localizadas em áreas de risco;
- Criar projetos de arborização das ruas e avenidas;
- Implantar ações previstas no Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

44

M.O. Relações Institucionais e Gestão Participativa

- Dotar os atuais conselhos gestores existentes no município, de capacidade administrativa e financeira para o seu funcionamento;

- Incentivar a criação de novos conselhos gestores (de bairro, de mobilidade urbana, de desenvolvimento sustentável e outros) e dar todo o apoio administrativo e legal para a sua formação;
- Criar um canal de comunicação com as instituições públicas ou privadas do município nos mais variados segmentos, com vistas a promover ações articuladas e favorecer o acesso dessas instituições as informações e serviços do município;
- Dispor de relatórios governamentais para acesso da população e das instituições públicas ou privadas sobre as atividades de governo;
- Criar projetos de capacitação para conselheiros municipais;
- Promover uma gestão governamental participativa e com respeito ao cidadão;
- Criar e organizar audiências públicas em áreas não obrigatórias por lei, mas que são temas relevantes para o município, estimulando a participação da população na gestão;
- Criar mecanismos de comunicação permanente com os Poderes Legislativo e Judiciário, bem como com as demais esferas de governo;
- Aplicar ferramentas de mandato compartilhado, inserindo a população na agenda de decisões das políticas públicas.

45

**A ITAJAÍ QUE VOCÊ QUER, É O NOSSO
COMPROMISSO!**